STJ00099253

Fernando Andreoni Vasconcellos

INTERPRETAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO

ENTRE A COERÊNCIA E A CONSISTÊNCIA

Curitiba Juruá Editora 2014 Visite nossos *sites* na Internet www.jurua.com.br e www.editorialjurua.com e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4778-6



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Vasconcellos, Fernando Andreoni.

V331 Interpretação do direito tributário: entre a coerência e a consistência./ Fernando Andreoni Vasconcellos./ Curitiba: Juruá, 2014.

176p.

1. Direito tributário. I. Título.

CDD 343.052 (22.ed.) CDU 336.2.01

000154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO						
1	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS17					
	1.1	Distin	tas Visões Jusfilosóficas, Distintas Teorias Interpretativas	17		
	1.2	Distin	tas Visões Jusfilosóficas, Distintas Conclusões Jurídicas?	18		
	1.3	Coerê	ncia em Relação à Própria Teoria	22		
2	TEORIAS ACERCA DO CONTEÚDO E ALCANCE DA COE- RÊNCIA					
	2.1		ncia ou Consistência?			
	2.2	Coerê	ncia Do Quê Com o Quê?	27		
	2.3	.3 Teorias Coerentistas		30		
		2.3.1	Direito, coerência e integridade	30		
		2.3.2	Coerência narrativa e coerência normativa	32		
		2.3.3	Coerência como satisfação de restrição	35		
3	COERÊNCIA E A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS		43			
	3.1	Proble	emas Práticos com o Raciocínio Baseado na Coerência	43		
		3.1.1	Nem tudo que é coerente é correto	44		
		3.1.2	Dificuldade (e divergência) na definição da base da coerêr	1-		
			cia	46		
		3.1.3	Problema da estagnação	50		
	3.2 As Formas de Inferência e a Coerência		rmas de Inferência e a Coerência	51		
	3.3	Justifi	cação por Coerência	55		
		3.3.1	Como ocorre a justificação no âmbito do direito?	56		
		3.3.2	Funções da coerência	59		

Fernando Andreoni Vasconcellos

			3.3.2.1 Função explicativa	. 59				
			3.3.2.2 Função normativa	. 62				
			3.3.2.3 Função estabilizadora de interpretações	. 64				
	3.4	Afina	ıl, Por Que a Coerência Justifica?	. 66				
4	RA	RACIONALIDADE, DERROTABILIDADE E COERÊNCIA 69						
	4.1	A Imp	portância do Estudo da Derrotabilidade	. 69				
	4.2	Histó	rico e Conteúdo	. 70				
	4.3	A Per	rspectiva Lógica da Derrotabilidade	. 74				
		4.3.1	Uma mudança na lógica do raciocínio jurídico	. 75				
		4.3.2	Quando a definição da lógica utilizada implica reflexos na teoria desenvolvida	. 78				
		4.3.3	Estrita legalidade, derrotabilidade e coerência	. 79				
	4.4		loxo: Uma Solução Derrotável é Compatível com o Conceito asos Jurídicos Fáceis?	. 82				
	4.5	Coerê	encia, Derrotabilidade e Racionalidade	. 84				
5	FUNÇÕES TEÓRICAS DA COERÊNCIA APLICÁVEIS AO DI- REITO TRIBUTÁRIO89							
	5.1	Refin	ando o Conceito de Coerência	. 89				
		5.1.1	Coerência legislativa	. 90				
		5.1.2	Coerência interpretativo-axiológica					
		5.1.3	Coerência interpretativo-normativa	. 95				
		5.1.4	Coerência interpretativo-estabilizadora	102				
	5.2	tativo	entes Agentes Processuais, Diferentes Pressupostos Argumens no Âmbito Tributário? Como é Possível Definir a Base da Encia?	104				
	5.3		encia Substancial					
		5.3.1	Fundamentação por suporte	109				
		5.3.2	Fundamentação recíproca	110				
6	COERÊNCIA E DIREITO TRIBUTÁRIO: ENTRE FATOS, NOR-							
			TERPRETAÇÕES					
	6.1	Coerê	ència e os Elementos da Exigência Tributária					
		6.1.1	Coerência na definição (e utilização) das categorias jurídicas	113				

Interpretação do Direito Tributário: Entre a Coerência e a Consistência

	6.1.2	Coerência na definição da hipótese de incidência116
	6.1.3	Coerência no reconhecimento do fato jurídico tributário119
6.2	Previs	sões do Código Tributário Nacional que Asseguram a Coe-
	rência	120
	6.2.1	Decisões reiteradas enquanto normas complementares121
	6.2.2	A manutenção dos critérios jurídicos adotados pela administração
	6.2.3	Os conceitos do direito privado no âmbito do direito tribu- tário
6.3	Coerê	ncia e a Força dos Precedentes125
	6.3.1	Mutação jurisprudencial e a mudança da base da coerência127
	6.3.2	Revisão de crenças sobre a base coerentista: reflexo na análise dos precedentes
		6.3.2.1 Expansão
		6.3.2.2 Contração
		6.3.2.3 Revisão
6.4	Coerê	ncia, Verdade e Justificação
0	6.4.1	Possíveis problemas teóricos nas teorias coerentistas136
	6.4.2	Verdade por coerência e quase-verdade
	0.112	6.4.2.1 O conceito de quase-verdade
		6.4.2.2 Interpretação do direito e a coerência como quase- -verdade
CONC	LUSÕI	ES149
REFEF	RÊNCI	AS 155
ÍNDIC	E ALF	ABÉTICO 163